

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 23 732/2005 (2.ª série). — Considerando que o director do Gabinete do Serviço dos Objectores de Consciência foi desligado do serviço para efeitos de aposentação, tendo sido designada para o lugar a chefe de divisão dos Assuntos Jurídicos Maria Eduarda Pinto, vindo, desde então, a praticar actos na medida do estritamente indispensável, no âmbito da gestão corrente;

Considerando que, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 7/92, de 12 de Maio, o director do Gabinete do Serviço Cívico é um dos membros que compõem a Comissão Nacional de Objecção de Consciência;

Considerando, ainda, o despacho n.º 14 406/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005;

Ratifico, neste contexto, todos os actos praticados pela chefe de divisão dos Assuntos Jurídicos, licenciada Maria Eduarda Pinto, no exercício das funções de directora do Gabinete do Serviço Cívico e como membro da Comissão Nacional de Objecção de Consciência no período compreendido entre 14 de Março e 1 de Novembro de 2005.

O presente despacho produz efeitos imediatos.

3 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Despacho n.º 23 733/2005 (2.ª série). — A Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores, instituição fundada em 6 de Outubro de 1997, desempenha um relevante papel no sistema desportivo português, integrando o Conselho Superior de Desporto.

A Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores tem como associadas as associações de treinadores de andebol, atletismo, basquetebol, hóquei em patins, judo, natação, *rugby*, *badminton*, boxe, desportos gímnicos, duatlo e triatlo, karaté, lutas amadoras, remo, ténis, ténis de mesa, tiro e voleibol e é filiada no International Council for Coach Education (ICCE).

Pelo despacho n.º 11/SED/2004, de 13 de Setembro, foi reconhecido o interesse público do 1.º Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa, organizado pela Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores.

A Confederação Portuguesa das Associações de Treinadores pretende, em 2007, organizar o 2.º Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa.

Face à expressão do evento, que envolverá um significativo número de agentes do desporto, a experiência entretanto colhida mostra a necessidade de afectar, desde já, os recursos humanos, indispensáveis para assegurar o bom funcionamento da organização.

O Programa do XVII Governo da República, quanto à dimensão internacional do desporto português, refere-se expressamente à necessidade de «fomentar a cooperação bilateral e multilateral, com especial relevo para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa»:

Assim, torna-se necessário garantir a aplicação das medidas de apoio previstas nos artigos 12.º, 13.º, 19.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto, aos agentes desportivos a que alude o n.º 3 do artigo 39.º do referido diploma.

Pelo exposto, nos termos e para os efeitos da legislação acima indicada, reconhece-se o interesse público do 2.º Congresso dos Treinadores dos Países de Língua Portuguesa.

9 de Novembro de 2005. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 23 734/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 21 de Setembro de 2005, com a anuência da vogal executiva do conselho de administração do Hospital Pulido Valente, S. A., de 18 de Outubro de 2005:

Aida Maria de Matos Saúde, assistente administrativa do quadro de pessoal do Hospital Pulido Valente, S. A. — transferida para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ao abrigo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a mesma categoria e vínculo, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 23 735/2005 (2.ª série). — Por despacho da Autoridade Nacional de Segurança de 16 de Setembro de 2005, por delegação:

Maria Ivone Barata Marçano Gomes, auxiliar de limpeza do Gabinete Nacional de Segurança, na situação de licença sem vencimento de longa duração — autorizado o seu regresso ao serviço, com efeitos a 20 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Novembro de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, I. P.

Despacho (extracto) n.º 23 736/2005 (2.ª série). — Foi celebrado contrato de trabalho, com efeitos a 1 de Junho de 2005, entre o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, I. P., e Maria de Lourdes Pires Santos Faustino, no âmbito do acordo de cedência especial de funcionário previsto no artigo 23.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, celebrado entre o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P., e o Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão, I. P., em 23 de Setembro de 2005.

7 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Carlos Mamede*.

Instituto Português da Juventude

Despacho n.º 23 737/2005 (2.ª série). — 1 — Considerando que os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo.

2 — Nos termos do conjugadamente disposto no n.º 8 do artigo 21.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi imprimida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio para o exercício do cargo de chefe de divisão de Planeamento e Gestão do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, o licenciado Nuno Miguel Cameiro Bastos Cadete, inspector tributário do nível 1 no Serviço de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Lisboa.

3 — A nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e na experiência profissional do ora nomeado, que se evidencia na respectiva nota curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

4 — A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 7 de Novembro de 2005.

13 de Outubro de 2005. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraledes*.

ANEXO

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — Nuno Miguel Cameiro Bastos Cadete;
Morada — Rua de Mateus Fernandes, 15, 4.º, A, direito, 2780-233 Oeiras;
Data de nascimento — 12 de Setembro de 1973;
Bilhete de identidade n.º 10046010, emitido em 18 de Fevereiro de 1994 pelo arquivo de identificação de Lisboa.

Habilitações literárias — licenciatura em Economia pela Universidade de Évora (1991-1996).

Actividade profissional:

Novembro de 2000-... — inspector tributário do nível 1 no Serviço de Inspeção Tributária da Direcção de Finanças de Lisboa (DGCI);
1998-Outubro de 2000 — desempenho de funções nas áreas de contabilidade, tesouraria e pessoal na DINENSINO, C. R. L.;
1997 — estágio na direcção financeira e administrativa da CIM-POR — Indústria de Cimentos, S. A., no sector de contabilidade e orçamentos;
1996 — SCALCONTA — Gabinete de Contabilidade e Assessoria Fiscal.

Formação complementar/profissional:

Formação complementar:

Pós-graduação em Gestão de Negócios (Universidade Moderna);
Curso de especialização em auditoria no CEMAF/ISCTE;